



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2026

Montepio Ações Europa

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto de Ações**

Organismo de Investimento Coletivo (OIC)

Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@montepiogestaoactivos.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

Rendibilidade e Risco

Ativos sob Gestão e Unidades de Participação

Comissões suportadas pelos Participantes do OIC

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

Economia Mundial

O primeiro semestre deste ano foi marcado por um ambiente de elevada incerteza económica e geopolítica. O crescimento mundial manteve-se moderado, mas sofreu pressão devido às tensões no Médio Oriente, que provocaram volatilidade nos preços da energia, receios inflacionistas e maior cautela por parte dos agentes económicos.

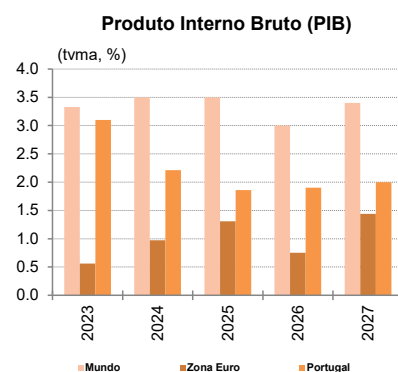
O início do conflito no Médio Oriente, a 28 de fevereiro, entre os EUA e Israel contra o Irão provocou, designadamente, o encerramento do Estreito de Ormuz, uma das mais significativas rotas marítimas do Golfo – que representa cerca de 20% do comércio mundial de petróleo –, espoletando uma crise energética global, tendo o preço do barril de brent fechado algumas sessões próximo dos \$120/barril em março e abril de 2026 (no *intraday* chegou mesmo a superar os \$120/barril). Entretanto, em meados de junho de 2026, foi assinado um memorando de entendimento entre os EUA e o Irão com vista à reabertura do estreito e a mitigar os constrangimentos à navegação registados desde finais de fevereiro.

Em simultâneo, persistiram preocupações relacionadas com barreiras comerciais, cadeias de abastecimento e níveis elevados de dívida pública em várias economias.

Contudo, apesar destes desafios, a resiliência do mercado de trabalho em muitas regiões e o forte investimento em inteligência artificial continuaram a apoiar a atividade económica e as perspetivas para a produtividade a longo prazo.

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 9 de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as suas previsões de crescimento global deste ano, de 3,1% para 3,0% (+3,5% em 2025), devido ao impacto negativo da guerra no Médio Oriente na atividade económica, embora parcialmente compensado pelo efeito positivo gerado pela Inteligência Artificial (IA).

No entanto, o FMI realçou que o impacto da guerra no Médio Oriente varia significativamente consoante o grau de exposição de cada país ao conflito e a sua posição na cadeia de valor tecnológica. Deste modo, por um lado, os países exportadores de energia fora da zona de conflito beneficiam de uma melhoria dos termos de troca, enquanto as economias integradas na recuperação liderada pela tecnologia registam uma atividade mais robusta, mesmo quando são importadoras de energia.



Fonte: Thomson Reuters, Montepio (GEEF) e FMI.

Por outro lado, e em contrapartida, a atividade económica enfraquece nos países importadores de energia com uma participação limitada na cadeia de valor tecnológica.

As perspetivas do FMI para a economia global em 2027 são mais positivas, tendo a previsão de crescimento sido revista em alta, de 3,2% para 3,4%.

Entre as principais economias avançadas, o FMI aponta para uma expansão do PIB dos EUA de 2,3% em 2026 e de 2,2% em 2027, praticamente sem alterações face às anteriores previsões de abril (de +2,3% e +2,1%, respetivamente), antecipando que a atividade económica continue a ser sustentada pela política orçamental, por condições financeiras favoráveis e pelo investimento empresarial associado às novas tecnologias, bem como pelo aumento da produtividade.

Para a Zona Euro, o FMI prevê uma descida do crescimento do PIB para 0,9% em 2026 (+1,4% em 2025), menos 0,2 pp face ao último relatório, devendo depois avançar 1,2% em 2027 (reiterando, neste caso, a anterior previsão), enquanto para o Reino Unido espera uma expansão de 1,0% em 2026 (+1,4% em 2025) e de 1,3% em 2027 (em abril previa +0,8% e também +1,3%).

Entre as economias emergentes, destaca-se a China, país para o qual o FMI projeta uma queda do crescimento do PIB, dos 5,0% observados em 2025 para 4,6% em 2026 e 4,1% em 2027 (revisto em +0,2 pp e +0,1 pp. respetivamente), com o abrandamento da economia a refletir a subida dos preços mundiais do petróleo, conjugada com a persistência da incerteza e de fatores estruturais adversos, que deverão penalizar a atividade económica.

Para a Índia, o FMI prevê agora um crescimento de 6,4% em 2026 e de 6,7% em 2027 (revisto em -0,1 pp e +0,2 pp respetivamente), prevendo para a Rússia expansões de 1,1% para 2026 e 2027 (reiterando as anteriores previsões) e, para o Brasil, de 2,4% em 2026 e 2,2% em 2027 (revisões de +0,5 pp para este ano e de +0,2 pp para o próximo).

Em termos gerais, o FMI aponta ainda para um abrandamento expressivo do crescimento do comércio mundial, passando de 5,0% em 2025 para 3,5% em 2026, devendo depois recuperar para 4,3% em 2027. Segundo o FMI, esta evolução reflete, por um lado, a antecipação de fluxos comerciais registada anteriormente e o impacto das tarifas aduaneiras e, por outro, a adaptação gradual das relações comerciais e das cadeias de produção, através do desvio e da reconfiguração das rotas comerciais, bem como do forte crescimento do comércio associado às tecnologias.

Relativamente à inflação mundial, o FMI reviu em alta a previsão para 2026, de 4,4% para 4,7% (+4,1% em 2025), e em 2027, de 3,7% para 3,9%, mas com a evolução da inflação a continuar a variar significativamente entre países, refletindo diferenças na transmissão das variações cambiais para os preços, na persistência da inflação dos serviços, nas condições dos mercados de trabalho e na crescente importância de fatores específicos de cada economia.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2026 com uma estabilização em cadeia no primeiro trimestre (+0,2% no quarto trimestre de 2025), surpreendendo pela negativa o mercado (que apontava para um crescimento de 0,2%, refletindo, designadamente, o impacto económico do conflito no Médio Oriente), como consequência, em particular, do muito fraco desempenho da economia irlandesa (contraiu 7,0% em cadeia, em resultado dos fortes acréscimos das vendas de multinacionais no final de 2024 e início de 2025). Neste sentido, o segundo trimestre do ano deverá ter ficado marcado por algum efeito de correção, com a economia da região a dever ter regressado aos crescimentos em cadeia (estimamos um crescimento em cadeia em torno de +0,2%), perspetivando-se novos crescimentos ao longo da segunda metade do ano, não obstante o contexto global ainda bastante adverso (com destaque para a situação no Médio Oriente).

Para a globalidade do ano de 2026, espera-se que a economia da Zona Euro volte a desacelerar, face à situação no Médio Oriente, com o crescimento económico a dever situar-se em 0,8% (em linha com as projeções da OCDE e do BCE, publicadas em 3 e 11 de junho, respetivamente, sendo um pouco mais desfavorável que a projeção de 0,9% da Comissão Europeia e do FMI, de 21 de maio e 8 de junho, respetivamente), após uma aceleração da atividade económica em 2025, quando o crescimento atingiu 1,3%, face a 1,0% em 2024.

O abrandamento da atividade económica deveu-se, sobretudo, ao agravamento da inflação ao longo do primeiro semestre deste ano, refletindo, numa primeira fase, o impacto direto do forte agravamento dos preços da energia decorrente da situação no Médio Oriente e, numa segunda fase, a ocorrência já de alguns efeitos de segunda ordem sobre a inflação, com os primeiros impactos a evidenciarem-se em alguns serviços (os transportes, logística, turismo, restauração e outros serviços com custos energéticos relevantes tendem a repercutir os aumentos dos combustíveis nos preços finais), bens industriais não energéticos (nomeadamente nos produtos manufaturados cujos processos produtivos dependem de eletricidade, gás ou transporte) e bens alimentares (os fertilizantes, o transporte, a refrigeração e a transformação alimentar são fortemente dependentes da energia).

Após a queda da inflação homóloga entre 2024 e 2025, de 2,4% para 1,9% e de se ter mantido abaixo do *target* do BCE nos dois primeiros meses do ano, o início do conflito militar no Irão, no final de fevereiro, suscitou um aumento imediato dos preços da energia, conduzindo ao início de uma trajetória ascendente da inflação em março, que a levaria a atingir 3,2% em maio, aliviando depois em junho e fechando o semestre nos 2,8% (com a inflação *core* em 2,4%, após ter tocado nos 2,6% em maio e fechado o ano de 2025 em 2,3%).

Consequentemente, em termos médios anuais, prevemos uma subida da inflação em 2026, dos 2,1% verificados em 2025 para 2,8% (antes do início da guerra, prevíamos 2,0%), com este agravamento a refletir a forte subida dos preços do gás natural e do petróleo resultante do conflito

militar no Médio Oriente. De notar que os riscos sobre esta projeção permanecem ascendentes, sendo que o impacto total na inflação estará dependente da duração do conflito (e, essencialmente, da interrupção da navegabilidade do Estreito de Ormuz e da destruição da capacidade produtiva de países da região).

Face ao contexto de forte agravamento da inflação (geral e subjacente), o BCE deu, como esperado, início ao ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras em junho de 2026, com um aumento de 25 pontos de base e com a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*) a fecharem o primeiro semestre de 2026 em 2,40% e 2,25%, respetivamente, após terem encerrado 2025 em 2,15% e 2,00%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa arrancou o ano de 2026 com uma estagnação em cadeia do PIB no primeiro trimestre, após o forte acréscimo de 0,9% no último trimestre de 2025, contrariando as expectativas do mercado e as indicações que tinham sido dadas pela generalidade dos dados mensais de atividade, com a economia a ser afetada pelo mau tempo observado no país entre o final de janeiro e meados de fevereiro. No segundo trimestre do ano, e não obstante o impacto desfavorável do conflito militar no Médio Oriente, a economia terá regressado aos crescimentos, estimando-se uma expansão de cerca de 0,4%.

Em termos médios anuais, depois de uma desaceleração da atividade económica no conjunto do ano de 2025, para um crescimento de 1,9% (+2,2% em 2024), perspetiva-se uma manutenção do ritmo de expansão da economia em 2026 (em +1,9%, acima das previsões de +1,6% pelo Conselho das Finanças Públicas, publicadas em 14 de abril, de +1,7% pelo FMI e pela Comissão Europeia, em 24 de junho e 21 de maio, respetivamente, de +1,8% pelo Banco de Portugal, em 15 de junho, e de +1,8% pela OCDE, em 3 de junho), mas abaixo da projeção de 2,0% pelo Governo (em abril).

Ao nível dos preços, assistiu-se também a um agravamento da inflação ao longo do primeiro semestre deste ano, refletindo os já referidos efeitos diretos e de segunda ordem do agravamento dos preços da energia na inflação. Assim, depois de ter fechado 2025 em 2,4%, a inflação homóloga (IPCH) desceu em janeiro para 1,9%, ficando marginalmente abaixo do objetivo de médio prazo do BCE (2,0%), mas regressando às acelerações no mês de fevereiro e encetando em março uma trajetória ascendente ainda mais pronunciada, que a levaria a atingir 3,3% em abril e fechando o semestre nos 3,1% (com a inflação *core* em 2,1%, após ter tocado nos 2,3% em maio e fechado o ano de 2025 em 2,4%). Em termos médios anuais, projeta-se uma aceleração em 2026, dos 2,2% verificados em 2025 para 2,8% (antes do início do conflito, prevíamos +2,0%), com este agravamento a refletir os já referidos impactos (diretos e indiretos) da forte subida dos preços do gás natural e do petróleo resultantes do conflito militar no Médio Oriente.

No mercado laboral, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), observou-se uma ligeira tendência de descida da taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre, passando dos 5,7% com que havia terminado o ano de 2025 para 5,5% em maio, embora devendo ter fechado o semestre já num nível ligeiramente acima e prevendo-se agravamentos adicionais ao longo da segunda metade do ano. Em termos anuais, perspetivamos uma taxa de desemprego de 5,9%, ligeiramente abaixo dos 6,0% observados em 2025 (6,4% em 2024).

Após a ligeira subida do excedente orçamental em 2025, de 0,6% do PIB em 2024 para 0,7%, prevemos uma deterioração das finanças públicas em 2026, para um défice orçamental de 0,3%, que contrasta com o excedente de 0,1% apresentado pelo Governo no Orçamento de Estado para 2026 e que foi reiterado (em 26 de março) na primeira notificação de 2026 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), mas estando abaixo do valor que o Ministro das Finanças assumiu, já em abril, poder vir a observar-se, ao referir que o défice não deveria superar cerca de 0,5% do PIB. Esta degradação do saldo orçamental resulta, designadamente, dos custos com as tempestades e com os apoios públicos para atenuar o impacto nas famílias e empresas do recente agravamento dos preços da energia (decorrentes do conflito no Médio Oriente).

A taxa de poupança dos particulares deverá descer em 2026, para um valor em torno de 11,7%, depois dos 12,3% registados em 2025 (12,5% em 2024), refletindo, designadamente, o abrandamento do rendimento disponível, mas também a subida da inflação, embora com a taxa de poupança a continuar em níveis historicamente elevados (sendo que a subida dos encargos com juros, devido à resposta do BCE ao aumento da inflação, também deverá implicar um aumento da “poupança forçada”).

Mercados Financeiros

No primeiro semestre de 2026, o sentimento nos mercados de ações continuou a ser globalmente positivo. Contrariamente ao esperado, os mercados demonstraram uma assinalável capacidade de adaptação face às tensões geopolíticas no Golfo Pérsico e aos riscos associados ao mercado energético, apesar de correções observadas no final do primeiro trimestre, com a recuperação subsequente a permitir que os principais índices de ações internacionais terminassem o semestre em terreno positivo.

Para o comportamento favorável do mercado de ações, contribuiu fortemente a significativa valorização de empresas do setor tecnológico ligadas à Inteligência Artificial, aumentando a preocupação dos investidores quanto à existência de uma bolha nos mercados, cuja capitalização bolsista encontra-se fortemente concentrada num número reduzido de empresas tecnológicas, as denominadas “*mega caps*”, expondo as valorizações aos riscos sobre a rentabilidade dos investimentos neste setor.

No plano geopolítico, destaque ainda para a situação política na Venezuela, para as ameaças de Donald Trump à soberania da Gronelândia e do Canadá e ao recrudescimento das tensões no sudoeste asiático entre China e Taiwan (com envolvimento de EUA e Japão). Menos evidentes são os receios quanto à guerra comercial espoletada pelo Presidente dos EUA, em abril de 2025, através do anúncio de tarifas aduaneiras. Na Europa, a guerra Ucrânia-Rússia ficou marcada pela intensificação dos confrontos, sendo infrutíferas as tentativas dos EUA de resolução do conflito pela via diplomática.

Neste contexto, durante o primeiro semestre do ano, mantiveram-se os receios de uma recessão global, devido ao aumento das pressões inflacionistas tanto na Zona Euro, como nos EUA, em resposta à crise energética global e ao aumento dos preços do Brent e do gás natural. Apesar dos receios, a época de resultados do primeiro trimestre nos EUA superou as expectativas e muitas empresas apresentaram lucros acima do esperado.

Assim, as principais bolsas mundiais apresentaram comportamentos maioritariamente favoráveis no conjunto do semestre, com variações globalmente positivas nos EUA, na Europa e na América Latina, e movimentos mistos na Ásia, tendo o índice de referência MSCI mundial (*Morgan Stanley Capital International*) subido 10,4%.

Os principais índices de ações dos EUA registaram variações positivas no semestre, com o S&P 500 a avançar 9,6%, alcançando um novo máximo histórico no início de junho. O Nasdaq exibiu uma subida superior, de 12,8%, motivado pelos anúncios de grandes empresas tecnológicas, ao passo que o Dow Jones valorizou 8,9%, tendo ambos atingido máximos históricos também no início de junho de 2026.

Na Europa, o comportamento ascendente foi transversal à generalidade dos principais índices, tendo o Eurostoxx 50, o CAC40 e o DAAX subido 9,3%, 3,1% e 2,1%, respetivamente, enquanto o índice português PSI valorizou 10,5%.

Em termos setoriais na Europa (índices setoriais do Stoxx 600), destaca-se as valorizações observadas na tecnologia (+25,5%), na energia (+20,8%), nos recursos básicos (+16,1%), nas *utilities* (+14,8%), na banca (+12,5%) e nas telecomunicações (+11,4%), tendo a maior queda sido observada no setor automóvel (-18,4%).

Nos EUA, o comportamento dos índices setoriais do S&P 500 foi também maioritariamente positivo no primeiro semestre, com destaque para a indústria (+19,5%), as tecnologias de informação (+19,4%), a energia (+18,0%) e o imobiliário (+12,8%). Por outro lado, os serviços financeiros (-2,1%) e os bens de consumo (-1,1%) desvalorizaram. As *Magnificent seven* exibiram uma subida de apenas 0,1% no período, abaixo das demais ações do S&P 500 (+14,6%), após as primeiras terem avançado 22,6% em 2025, bem acima das demais ações (+13,7%) e depois de em 2024 já terem superado largamente a valorização das demais ações (+48,0% vs +14,5%).

No primeiro semestre de 2026, e com o intuito de combater as pressões inflacionistas decorrentes do impacto direto do conflito militar no Médio Oriente nos preços da energia e dos potenciais efeitos de segunda ordem sobre os preços de outros bens e serviços, iniciou-se um ciclo de subida das taxas de juro diretoras do BCE. As taxas Euribor aumentaram no semestre (+30 pp nos 3 meses, +46 pp nos 6 meses e +49 pp nos 12 meses) e fecharam, a 30 de junho, em 2,324% nos 3 meses, 2,568% nos 6 meses e 2,728% nos 12 meses.

As *yields* da dívida pública de referência europeias apresentaram comportamentos ascendentes nos prazos mais curtos ao longo do semestre, com as *yields* a 2 anos na Alemanha a avançarem 41 pb, para 2,528% (refletindo a antecipação e posterior concretização do aumento de taxas do BCE de 25 pb em junho de 2026, assim como expectativas de mais uma subida até final do ano), enquanto nos 10 anos não registaram alterações significativas, fechando o semestre em 2,860%. Nos EUA observou-se, igualmente, uma redução do declive da curva de rendimentos, com as *yields* a 2 anos a subir em 70 pb, para 4,172%, enquanto as *yields* a 10 anos avançaram 30 pb, para 4,465%.

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade* (o índice Itraxx Cross-Over desceu 21 pb, para os 244,6 pb, o Itraxx Financials estabilizou nos 54,4 pb e o Itraxx recuou 2 pb, para 51,6 pb).

Já os *spreads* das *yields* da dívida pública a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro exibiram algum alargamento. As maiores subidas das *yields* foram na Grécia (+9 pb, para 68 pb) e em Portugal (+9 pb, para 38 pb), seguida de Itália (+7 pb, para 77 pb) e de Espanha (+5 pb, para 48 pb).

Os índices gerais de *commodities* registaram movimentos muito positivos, com o índice compósito CRBI (*Commodity Research Bureau Index*) a subir 18,4% e o S&P GSCI (*Goldman Sachs Commodity Index*) 12,9% (depois das variações de +0,7% e -0,2%, respetivamente, observadas em 2025), este último sendo beneficiado, designadamente, pela classe da energia (classe com maior peso no índice e que exibiram uma valorização de 25,9%), num contexto de forte aumento dos preços do Brent e do crude WTI (*West Texas Intermediate*) de 19,8% e 21,0%, respetivamente, assim como dos preços do gás na Europa, em 54,3% (após terem descido 43,4% em 2025, mas subido 56,5% em 2024), do gado (+7,7%), dos metais de base (+5,3%) e das agrícolas (+2,3%), sendo apenas penalizado pelos metais preciosos (-7,9%).

Principais Riscos e Incertezas para o 2º semestre de 2026

Ao longo da segunda metade deste ano, os principais riscos e incertezas económico-financeiros continuarão associados à evolução da inflação e das taxas de juro, ao abrandamento do crescimento económico nas principais economias mundiais, à volatilidade dos mercados financeiros e às tensões geopolíticas que podem continuar a afetar as cadeias de abastecimento e os preços da energia. Acrescem ainda os riscos relacionados com a elevada incerteza quanto

às políticas comerciais e orçamentais, bem como a possibilidade de deterioração das condições de financiamento para empresas e famílias. Estes fatores poderão condicionar o investimento, o consumo e a confiança dos agentes económicos, influenciando a situação económica e financeira das empresas e das famílias.

Em todo o caso, no âmbito da já mencionada atualização do WEO de julho, o FMI considerou que os riscos sobre as perspetivas económicas estão atualmente mais equilibrados do que aquando das suas anteriores projeções, realizadas em abril, mas continuando a apresentar-se descendentes ao nível da atividade e com o risco mais imediato para o cenário central traçado pela instituição a continuar a ser a evolução da situação no Médio Oriente. Um agravamento das tensões geopolíticas penalizaria o crescimento económico e agravaria as pressões inflacionistas, ao passo que, se a reabertura do Estreito de Ormuz ocorrer mais rapidamente do que o previsto e os preços das matérias-primas ficarem abaixo do cenário de referência, a economia mundial poderá crescer mais do que o antecipado e a inflação poderá revelar-se inferior às atuais projeções.

A atividade económica poderá também surpreender positivamente no curto prazo se o investimento de capital relacionado com a IA se mantiver excecionalmente forte ou se as condições financeiras se tornarem mais favoráveis, continuando a compensar os efeitos adversos das tensões geopolíticas, da fragmentação do comércio e da reduzida margem de manobra das políticas económicas.

Contudo, o entusiasmo em torno da IA e a exuberância dos mercados financeiros poderão, simultaneamente, lançar as sementes de instabilidade macrofinanceira. O FMI realça também o risco de as tensões comerciais poderem reacender-se – especialmente se o desvio de comércio ou desequilíbrios comerciais levarem mais economias a adotar aumentos tarifários e restrições não pautais –, prejudicando o crescimento económico.

Ao nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica (não obstante o alívio das taxas de juro observado ao longo de 2024 e da primeira metade do ano passado), bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos.

Segundo a análise do Banco de Portugal (BdP) no seu último Boletim Económico de junho, os riscos sobre a economia portuguesa também se apresentam descendentes sobre a atividade e ascendentes sobre a inflação, considerando estarem também, sobretudo, relacionados com o impacto do conflito no Médio Oriente. De acordo com o BdP, uma maior duração ou escala do conflito implicaria preços do petróleo e de outras matérias-primas superiores aos assumidos na projeção, maior disrupção das cadeias de abastecimento e aumento da volatilidade dos mercados financeiros, com impacto na confiança dos agentes económicos. Neste cenário, a

inflação seria mais elevada e o crescimento mais baixo. Outros riscos em baixa para a atividade incluem um reavivar das tensões comerciais globais e, a nível interno, uma absorção dos fundos do PRR inferior à assumida.

Existem também riscos ascendentes para a atividade associados a impactos mais positivos: *i)* dos investimentos em curso em novas tecnologias, incluindo os relacionados com a inteligência artificial e a transição energética, em particular sobre as exportações; *ii)* da implementação no médio prazo do plano Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR); e *iii)* do aumento do investimento em defesa e infraestruturas na UE.

Para a inflação, os riscos são predominantemente em alta e, para além de uma subida mais acentuada ou persistente dos preços das matérias-primas, refletem a manutenção de pressões salariais elevadas num contexto de restritividade do mercado de trabalho.

O BdP refere ainda que, em acréscimo ao choque energético, a economia portuguesa enfrenta desafios decorrentes das tensões comerciais, das alterações demográficas e da transição tecnológica e climática. Assim, neste enquadramento, o BdP sugere que as políticas económicas devem continuar a contribuir para o reforço da resiliência e para o maior crescimento da economia, através da redução das vulnerabilidades energética e climática, da diversificação do padrão de comércio e destino das exportações e do aumento da competitividade das empresas.

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

O Fundo Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações, doravante denominado OIC ou Montepio Ações Europa, iniciou a sua atividade em 14 de junho de 2000, visando a constituição de uma carteira diversificada de ações e instrumentos negociáveis que confirmem o direito de aquisição de ações.

O OIC detém em permanência mais de 85% do seu valor líquido global investido em ações admitidas à negociação ou negociadas em mercado regulamentado de Estado-Membro, ou em outro mercado regulamentado de um Estado-Membro com funcionamento regular, reconhecido e abeto ao público. Poderá ainda investir nos mercados regulamentados da Suíça (Bolsas de Valores da Suíça) e na Noruega (Bolsa de Valores de Oslo) e no Reino Unido (Bolsa de Valores de Londres). Com carácter acessório, o OIC investirá em obrigações de taxa variável, instrumentos de mercado monetário e depósitos, não podendo deter mais de 10% do seu valor líquido global em Unidades de Participação de outros OICs.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Tendo em conta a Política de Investimento e o conjunto de instrumentos financeiros potenciais elegíveis nos quais o OIC pode investir, podem surgir riscos em matéria de sustentabilidade que podem causar um impacto negativo no desempenho a longo prazo. Para reduzir e mitigar tais riscos, a Montepio Gestão de Activos, entidade responsável pela gestão, toma em consideração os fatores de sustentabilidade e riscos no seu processo de tomada de decisões de investimento, avaliando e gerindo impactos negativos potenciais sobre os fatores de sustentabilidade, nos termos da sua Política de Sustentabilidade (designada pela sigla inglês de Política ESG - *Environmental, Social, and Corporate Governance*) disponível no seu sítio Internet <https://www.montepio.org/institucional/grupo-montepio/montepio-gestao-de-activos/>.

Não obstante a avaliação e gestão ativas dos riscos em matéria de sustentabilidade, o OIC não tem um objetivo explícito de investimento sustentável nem promove ativamente características ESG nos termos, respetivamente, dos artigos 9.º e 8.º do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros ("Regulamento SFDR").

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do OIC no 1º semestre de 2026 – Classe A foi de 4,57%, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Classe A					
Ano	Rendibilidade	Classe de Risco			
		ISRR	ISR		
2016	2,27%	Classe 6		Classe I	
2017	10,84%	Classe 4			
2018	-14,82%	Classe 5			
2019	20,89%	Classe 5			
2020	-6,83%	Classe 7			
2021	23,17%	Classe 5		Rendibilidade	Classe de Risco
2022	-11,57%	Classe 6		ISRR	ISR
2023	14,83%	-	Classe 4	-5,68%	Classe 7
2024	6,63%	-	Classe 4	24,72%	Classe 5
2025	13,80%	-	Classe 4	-	-

As rendibilidades e riscos apresentados constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os valores divulgados não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas.

O indicador Sintético de Risco e de Remuneração¹ (ISRR) apresentado até ao ano de 2022, foi apurado de acordo com metodologias distintas das do Indicador Sumário de Risco² (ISR), apresentado na última linha da tabela, que se passou a utilizar a partir de 2023. Os cálculos efetuados para apuramento do ISRR utilizam um histórico de 5 anos e consideram apenas o risco de mercado, enquanto o ISR efetua uma conjugação entre o risco de mercado e o risco de crédito, sendo o seu apuramento baseado no período de detenção recomendado do OIC.

A Classe de Risco indicada para o ISR (Classe 4), corresponde a uma média categoria de risco, a qual não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Acresce, também, que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do OIC apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que investe.

¹ Calculado de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020.

² Calculado de acordo com o Regulamento Delegado (EU) 2017/653, da Comissão, de 8 de março.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do OIC era, a 30 de junho de 2026, de 23,8 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Categoria A			
Anos	VLGF (€)	# UP circulação	Valor da UP (€)
2021	15 834 023,12	261 376,4724	60,5794
2022	17 498 019,42	326 640,2084	53,5697
2023	18 609 441,25	302 514,6040	61,5158
2024	19 456 669,27	296 623,9687	65,5937
2025	22 243 876,86	297 984,3325	74,6478
30/06/2026	23 817 050,39	302 330,5724	78,7782

Categoria I			
Anos	VLGF	# UP circulação	Valor da UP
2021	5 831 385,09	93 875,7318	62,1181
2022	-	-	-
2023	-	-	-
2024	-	-	-
2025	-	-	-
30/06/2026	-	-	-

Totais - Categorias A e I		
Anos	VLGF (€)	# UP circulação
2021	21 665 408,21	355 252,2042
2022	17 498 019,42	326 640,2084
2023	18 609 441,25	302 514,6040
2024	19 456 669,27	296 623,9687
2025	22 243 876,86	297 984,3325
30/06/2026	23 817 050,39	302 330,5724

Comissões suportadas pelos Participantes do OIC

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes, conforme identificado no Prospeto, designadamente, comissão de subscrição (0%) e de resgate (0%).

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC, nos três últimos exercícios económicos completos e em 30 de junho de 2026.

	2023	2024	2025	30/06/2026
Proveitos	7 535 664,41	8 414 085,90	9 784 206,41	6 336 450,99
Custos	5 035 688,40	7 187 878,87	7 073 639,56	5 085 184,62
Resultado Líquido	2 499 976,01	1 226 207,03	2 710 566,85	1 251 266,37

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo OIC, destacam-se as rubricas abaixo identificadas.

	2023	2024	2025	30/06/2026
Comissão de Gestão	104 736,00	118 325,01	122 364,08	65 209,96
Comissão de Depósito	9 480,79	10 445,21	10 975,61	5 910,54
Comissão de Comercialização	170 064,81	184 585,19	195 728,40	101 876,37
Taxa de supervisão	2 807,81	2 895,22	3 397,48	1 723,77
Custos de auditoria	3 505,48	3 690,00	3 690,00	1 834,86
Comissão de carteira de títulos	18 032,07	33 026,10	24 349,92	18 413,95

(valores em Euros)

Lisboa, 10 de agosto de 2026

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DEZEMBRO 2025

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO						PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026			31-12-2025		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos		
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			30-06-2026	31-12-2025	
	CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC			
21	OBRIGAÇÕES						61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	15 116 529.05	14 899 216.97	
22	AÇÕES	19 705 350.21	5 288 108.33	2 758 913.22	22 234 545.32	20 379 869.93	62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	(1 140 177.71)	(1 241 256.40)	
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	8 589 432.68	5 875 349.44	
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	898 446.06	45 256.94	0.00	943 703.00	951 659.86	65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS			
25	DIREITOS										
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 251 266.37	2 710 566.85	
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	20 603 796.27	5 333 365.27	2 758 913.22	23 178 248.32	21 331 529.79		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	23 817 050.39	22 243 876.86	
	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES ACUMULADAS			
31	OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS	0.00	0.00	
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0.00	0.00	
	TERCEIROS							TERCEIROS			
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES	66 784.20			66 784.20		421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES	46 323.89	6 134.42	
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	66 784.20	0.00	0.00	66 784.20	0.00	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES			
	DISPONIBILIDADES						423	COMISSÕES A PAGAR	33 880.38	31 933.26	
11	CAIXA						424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDITORES	2 899.50	2 743.40	
12	DEPÓSITOS À ORDEM	639 681.24			639 681.24	945 057.70	43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS			
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO							TOTAL DOS VALORES A PAGAR	83 103.77	40 811.08	
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO										
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	639 681.24			639 681.24	945 057.70	55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS			
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO			
51	A CRÉSCIMOS DE PROVEITOS	15 440.40			15 440.40	8 100.45	58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS	0.00	0.00	
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0.00	0.00	
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS										
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	15 440.40			15 440.40	8 100.45					
	TOTAL DO ATIVO	21 325 702.11	5 333 365.27	2 758 913.22	23 900 154.16	22 284 687.94		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	23 900 154.16	22 284 687.94	
Total do Número de Unidades de Participação Categoria A						302 330.5724	297 984.3325	Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria A		78.7782	71.1734
Total do Número de Unidades de Participação Categoria I						0.0000	0.0000	Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria I		0.0000	0.0000
Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões											

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		30-06-2026	31-12-2025			30-06-2026	31-12-2025
OPERAÇÕES CAMBIAIS			OPERAÇÕES CAMBIAIS				
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (Forwards cambiais)			912	A prazo (Forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO			OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO				
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES			OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES				
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
COMPROMISSOS DE TERCEIROS			COMPROMISSOS DE TERCEIROS				
942	Opções a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimo de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
TOTAL DOS DIREITOS		0.00	0.00	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		0.00	0.00
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	0.00	0.00	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	0.00	0.00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM JUNHO DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS		Período		PROVEITOS E GANHOS		Período	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026	30-06-2025	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026	30-06-2025
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:		
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos			812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		
711+714+717+718	De Operações Correntes	108.46	1 120.42	811+814+817+818	Outras,de Operações Correntes	1 551.91	6 386.94
719	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Extrapatrimoniais		
	COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	18 413.95	18 147.91	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	420 705.28	415 365.10
724+...+728	Outras,de Operações Correntes	171 985.23	155 175.95	829	De Operações Extrapatrimoniais		
729	De Operações Extrapatrimoniais				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	5 841 104.91	5 328 195.21
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	4 870 207.68	3 789 094.80	831+838	Outras,de Operações Correntes		
731+738	Outras,de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais	71 111.89	4 324.47
739	De Operações Extrapatrimoniais	12 463.57	123 334.86		REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
	IMPOSTOS			851	Provisões para encargos		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento						
7412+7422	Impostos Indirectos	8 489.94	7 638.24				
7418+7428	Outros Impostos						
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para encargos			87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	0.00	0.00
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	3 515.79	3 534.85				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	5 085 184.62	4 098 047.03				
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	6 334 473.99	5 754 271.72
781	Valores incobráveis						
782	Perdas extraordinárias				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			881	Recuperação de Incobráveis		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais	0.00	0.00	882	Ganhos Extraordinários		
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0.00	0.00	883	Ganhos de Exercícios Anteriores	1 977.00	6 083.38
				884...888	Outros Ganhos Eventuais		
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	1 977.00	6 083.38
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	1 251 266.37	1 662 308.07	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		
	TOTAL	6 336 450.99	5 760 355.10		TOTAL	6 336 450.99	5 760 355.10
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 373 188.56	1 936 317.60	D-C	Resultados Eventuais	1 977.00	6 083.38
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	58 648.32	(119 010.39)	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	1 259 756.31	1 669 946.31
B-A	Resultados Correntes	1 249 289.37	1 656 224.69	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	1 251 266.37	1 662 308.07

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período	Período
	De 01-01-2026 a 30-06-2026	De 01-01-2025 a 30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS		
Subscrição de unidades de participação	2 452 037.48	1 557 737.11
Comissão de resgate		
	2 452 037.48	1 557 737.11
PAGAMENTOS		
Resgates de unidades de participação	2 093 457.24	1 564 723.92
	2 093 457.24	1 564 723.92
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	358 580.24	(6 986.81)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS		
Venda de títulos e outros ativos	5 023 077.83	5 392 887.53
Rendimento de Títulos e outros ativos	413 667.12	403 904.94
Outros Recebim. Carteira de Títulos	0.29	1.52
	5 436 745.24	5 796 793.99
PAGAMENTOS		
Compra de títulos e outros ativos	5 829 572.14	5 229 343.26
Comissões de Bolsa	22.02	19.02
Comissões de Corretagem	7 596.88	7 435.48
Outras taxas e comissões	10 793.12	10 705.62
	5 847 984.16	5 247 503.38
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	(411 238.92)	549 290.61
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS		
Operações Cambiais	3 094 277.54	3 989 615.56
Outros recebimentos op. a prazo e de divisas		
	3 094 277.54	3 989 615.56
PAGAMENTOS		
Operações Cambiais	3 102 007.88	3 993 618.79
Outros pagamentos op. a prazo e de divisas		
	3 102 007.88	3 993 618.79
Fluxo das operações a prazo e de Divisas	(7 730.34)	(4 003.23)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS		
Juros depósitos bancários	1 926.24	4 033.28
	1 926.24	4 033.28
PAGAMENTOS		
Comissão de Gestão	64 896.76	59 767.40
Comissão de Comercialização	101 372.39	92 808.99
Comissão de Depósito	5 881.60	5 284.78
Impostos e taxas	7 401.80	6 738.57
Outros pag. Operações correntes	69 119.39	2 298.28
	248 671.94	166 898.02
Fluxo das operações de Gestão Corrente	(246 745.70)	(162 864.74)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS		
Valores de exercícios anteriores	1 977.00	8 446.09
	1 977.00	8 446.09
Fluxo das operações eventuais	1 977.00	8 446.09
Saldo dos fluxos monetários do período...(A)	(305 157.72)	383 881.92
Efeitos das diferenças de câmbio.....(B)	(218.74)	83.38
Disponibilidades no início do período.....(C)	945 057.70	1 011 683.61
Disponibilidades no fim do período....(D) = (C)+-(B)+-(A)	639 681.24	1 395 648.91

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações (OIC), iniciou a sua atividade em 14 de junho de 2000. Este OIC foi constituído por prazo indeterminado e tem como objetivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades coletivas, quer de pessoas individuais, que pretendam fazer aplicações a médio e longo prazo, as quais proporcionem a constituição de uma carteira diversificada em ações europeias.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do OIC não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O OIC é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 – Capital do OIC

O património do OIC está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do OIC, proporcional ao número de unidades que representam. A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do OIC durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em €)								
Descrição	Saldo em 31/12/2025	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício
		Categoria A	Categoria I	Categoria A	Categoria I			
Valor base	14 899 216.97	1 614 884.96		1 397 572.88				15 116 529.05
Diferença p/ Valor Base	(1 241 256.40)	837 152.52		736 073.83				(1 140 177.71)
Resultados distribuídos								
Resultados acumulados	5 875 349.44						2 710 566.85	8 589 432.68
Resultados do período	2 710 566.85						(2 710 566.85)	1 251 266.37
	22 243 876.86	2 452 037.48	0.00	2 133 646.71	0.00	0.00	0.00	23 817 050.39
Nº unidades de participação								
Categoria A	297 984.3325	32 297.6983		27 951.4584				302 330.5724
Categoria I	0.0000		0.0000		0.0000			0.0000
Valor da unidade de participação								
Categoria A	74.6478	75.9199		76.3340				78.7782
Categoria I	0.0000		0.0000		0.0000			0.0000

Em 21 de dezembro de 2020, ocorreu a fusão, por incorporação, do Montepio Capital - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações, Montepio Ações Internacionais - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações e Montepio Ações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações no Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações. Em 14 de fevereiro de 2022, ocorreu a fusão, por incorporação, do Montepio Euro Telcos - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações no Fundo Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações.

Nota 1 – Quadro 2 - Número de Participantes por escalão

O número de participantes por escalões em 30 de junho de 2026 apresenta o seguinte detalhe:

Nº Participantes por escalão / Categoria A		Nº Participantes por escalão / Categoria I	
Escalões	Nº Participantes	Escalões	Nº Participantes
Ups ≥ 25%	0	Ups ≥ 25%	0
10% ≤ Ups < 25%	0	10% ≤ Ups < 25%	0
5% ≤ Ups < 10%	0	5% ≤ Ups < 10%	0
2% ≤ Ups < 5%	1	2% ≤ Ups < 5%	0
0,5% ≤ Ups < 2%	21	0,5% ≤ Ups < 2%	0
Ups < 0,5%	2164	Ups < 0,5%	0

Nota 1 - Quadro 3 – Evolução do OIC

A evolução mensal do valor do OIC e do valor da unidade de participação no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi a seguinte:

CATEGORIA A

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	22 910 174,10	76,4901	299 518,1859
Fevereiro	23 978 286,09	78,7627	304 436,8959
Março	21 775 037,89	72,0925	302 043,2457
Abril	22 720 126,95	75,1386	302 376,3451
Maio	23 047 866,83	76,6111	300 842,4953
Junho	23 817 050,39	78,7782	302 330,5724

CATEGORIA I

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	0,00	0,0000	0,0000
Fevereiro	0,00	0,0000	0,0000
Março	0,00	0,0000	0,0000
Abril	0,00	0,0000	0,0000
Maio	0,00	0,0000	0,0000
Junho	0,00	0,0000	0,0000

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2026 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 30 de junho de 2026

Montepio Ações Europa						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.04 - Ações						
Jer.Martins-SGPS	123 291		-8 535.72	114 755.72		114 755.72
SIEMENS AG	414 372	253 077.76		667 450.10		667 450.10
ING GROEP N.V.	136 974	236 239.41		373 212.96		373 212.96
BANQUE NATION. PARIS	135 070	59 404.23		194 474.56		194 474.56
SAP SE	941 713		-304 676.75	637 036.00		637 036.00
UNILEVER PLC	359 518	33 355.99		392 874.30		392 874.30
SANOFI	58 657		-14 134.32	44 522.44		44 522.44
ALLIANZ SE-REG	318 087	247 988.02		566 074.70		566 074.70
AXA	425 713	286 498.72		712 211.70		712 211.70
DEUTSCHE BANK AG	168 388		-20 559.17	147 828.75		147 828.75
SOCIETE GENERALE-A	323 659	30 618.41		354 277.23		354 277.23
UNICREDITO IT (ITAL)	182 928	519 064.65		701 992.20		701 992.20
GSK PLC	156 472	135 857.40		292 329.56		292 329.56
DANONE	194 460	9 281.92		203 741.60		203 741.60
CAPGEMINI SE	178 891		-92 690.46	86 200.80		86 200.80
DEUTSCHE TELEKOM AG	375 264		-49 043.71	326 220.30		326 220.30
ENEL SPA - 2001	239 954	106 014.30		345 968.19		345 968.19
LVMH MOET HEN SE	271 023		-86 580.70	184 442.10		184 442.10
RWE AG	189 141	138 915.15		328 056.28		328 056.28
NESTLE SA	363 852		-80 944.22	282 907.94		282 907.94
COMPAGNIE SAINT GOBA	212 811	5 274.68		218 085.80		218 085.80
AIR LIQUIDE	291 317	118 489.78		409 807.20		409 807.20
ASTRAZENECA PLC	671 563	225 537.36		897 100.19		897 100.19
BP PLC	333 515		-20 185.85	313 329.59		313 329.59
Natwest Group PLC	522 043	176 628.55		698 671.24		698 671.24
HSBC HOLDINGS PLC	595 238	534 435.77		1 129 674.20		1 129 674.20
BARCLAYS PLC	316 104	77 616.91		393 720.46		393 720.46
Veolia Environnement	158 424	39 043.95		197 468.36		197 468.36
SSE PLC	138 492	47 278.88		185 771.22		185 771.22
NATIONAL GRID PLC	115 372	31 935.87		147 307.39		147 307.39
ANGLO AMERICAN PLC	249 764	28 826.24		278 589.87		278 589.87
NOVO NORDISK AS	723 801		-365 907.06	357 894.12		357 894.12
EssilorLuxottica	286 227		-119 716.45	166 510.75		166 510.75
UCB SA	124 885	874.60		125 760.00		125 760.00
Fresenius SE	200 972	33 772.05		234 743.81		234 743.81
AIRBUS SE	276 514		-24 973.67	251 540.22		251 540.22
J Sainsbury PLC	101 002	18 289.52		119 291.36		119 291.36
PUBLICIS GROUPE	171 609	14 971.94		186 580.68		186 580.68
A Transportar	11 047 080	3 409 292.05	-1 187 948.08	13 268 423.88	0.00	13 268 423.88

INVENTÁRIO DA CARTEIRA
em 30 de junho de 2026

Montepio Ações Europa				(Valores em EURO)		
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
Schneider Electri SE	548 214	102 783.75		650 997.40		650 997.40
IEFFAGE	106 992	25 464.86		132 456.60		132 456.60
DEUTSCHE BOERSE AG	171 578	24 715.30		196 293.60		196 293.60
VINCI SA	146 601	65 163.37		211 764.60		211 764.60
Holcim AG	121 273		-6 074.79	115 198.44		115 198.44
BEIERSDORF AG	214 607		-91 727.19	122 879.54		122 879.54
HEIDELBERG MATERI AG	191 540		-45 001.80	146 538.20		146 538.20
ASM INTERNATIONAL NV	93 528	78 558.50		172 086.00		172 086.00
ASML Holding NV	630 530	1 151 119.44		1 781 649.00		1 781 649.00
3I GROUP PLC	121 761		-8 708.89	113 052.45		113 052.45
AENA SME SA	169 724	77 334.17		247 058.22		247 058.22
BAE SYSTEMS PLC	207 576	51 099.20		258 675.25		258 675.25
DSV PANALPINA A/S	65 062	12 860.42		77 922.51		77 922.51
EXPERIAN PLC	181 966		-59 888.86	122 077.46		122 077.46
Ferrari NV	119 244	6 927.75		126 172.15		126 172.15
Hexagon AB	35 689	140.60		35 829.57		35 829.57
LEGRAND SA	104 672	17 623.40		122 295.60		122 295.60
Leonardo SpA	95 527		-10 029.60	85 497.35		85 497.35
London Stock Exc Grp	325 569		-27 039.82	298 528.91		298 528.91
LONZA GROUP AG-REG	153 736	1 294.16		155 029.92		155 029.92
RELX PLC	247 721		-32 008.87	215 712.39		215 712.39
SAFRAN SA	264 649	64 480.80		329 130.00		329 130.00
SANDVIK AB	211 592	46 765.33		258 356.99		258 356.99
TENARIS SA	111 765	44 317.33		156 081.87		156 081.87
VONOVIA SE	247 290		-55 419.17	191 870.33		191 870.33
WHITBREAD PLC	81 844		-23 135.76	58 708.21		58 708.21
ALCON INC	99 163		-34 109.28	65 053.56		65 053.56
Prosus NV	134 072		-23 787.48	110 284.97		110 284.97
Atlas Copco AB	84 453	1 532.44		85 985.26		85 985.26
CELLNEX TELECOM SA	152 166		-34 046.90	118 119.55		118 119.55
UNIVERSAL MUSIC GPNV	433 068		-141 804.51	291 263.70		291 263.70
SHELL PLC-NEW	260 620	65 620.52		326 240.51		326 240.51
ADYEN NV	285 320		-116 317.65	169 002.40		169 002.40
ARGENX SE	101 598	16 866.80		118 464.40		118 464.40
MELROSE INDUSTRIES P	133 967	10 694.13		144 661.05		144 661.05
QINETIQ GROUP PLC	86 746	5 053.84		91 799.88		91 799.88
RHEINMETALL AG	359 329		-99 817.50	259 511.00		259 511.00
SUNBELT RENTALS HLDG	108 818	8 400.16		117 218.41		117 218.41
ROCHE HOLDING AG	496 661		-2 007.49	494 653.95		494 653.95
Endeavour Mining PLC	153 537		-17 158.82	136 378.10		136 378.10
KONGSBERG GRUPPN ASA	55 837		-215.22	55 622.18		55 622.18
A Transportar	18 962 685	5 288 108.34	-2 016 247.69	22 234 545.34	0.00	22 234 545.34

INVENTÁRIO DA CARTEIRA
em 30 de junho de 2026

Montepio Ações Europa						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
Sub-Total:	18 962 685	5 288 108.34	-2 016 247.69	22 234 545.34	0.00	22 234 545.34
01.01.05 - Ups / ações de OIC que não OII (ETFs)						
XTraks MSCIEUR1C ETF	521 144	31 410.67		552 554.24		552 554.24
iShares STOXXEMid200	377 302	13 846.27		391 148.76		391 148.76
Sub-Total:	898 446	45 256.94	0.00	943 703.00	0.00	943 703.00
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Adm. Neg.PN						
01.03.04 - Ações						
Lets GOWEX SA	49 992		-49 991.68			
BESCL	692 674		-692 673.84			
Sub-Total:	742 666	0.00	-742 665.52	0.00	0.00	0.00
Total	20 603 796	5 333 365.28	-2 758 913.21	23 178 248.34	0.00	23 178 248.34

Nota 3 - Quadro 2 - Movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

CONTAS	(Valores em €)			
	SALDO 31/12/2025	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 30/06/2026
Caixa				
Depósitos à ordem	945 057,70	11 572 590,45	11 877 966,91	639 681,24
Depósitos a prazo e com pré-aviso				
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	945 057,70	11 572 590,45	11 877 966,91	639 681,24

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do OIC será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as

ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de activos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.

- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:

- *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
- *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
- Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
- Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo OIC

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao OIC será imputado diariamente uma comissão de gestão de 1,45% anual na Classe A e de 0,25% anual na Classe I, calculada sobre o valor global do OIC, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão da Classe A será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão da

Classe A. A comissão cobrada anualmente é de 0.950%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do OIC, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do OIC constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao OIC e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do OIC.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC.

3. Política de rendimentos

O OIC é um OIC de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2026, o OIC detinha as seguintes posições em moeda estrangeira:

Moeda	Posição à vista	Futuros	Posição a prazo Forwards	Swaps	Opções	Total a prazo	Posição Global
CHF Franco Suíço	1 026 487,13						1 026 487,13
DKK Coroa Dinamarquesa	3 257 467,79						3 257 467,79
GBP Libra Inglesa	5 194 725,49						5 194 725,49
NOK Coroa Norueguesa	629 114,70						629 114,70
SEK Coroa Sueca	4 217 436,07						4 217 436,07
Contravalor em Euros	8 012 356,55						8 012 356,55

Nota 13 – Cobertura do Risco de Cotações

A cobertura do risco de cotações em 30 de junho de 2026 é a seguinte:

Ações e valores similares	Montante €	Extrapatrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	22 234 545,34			22 234 545,34

Nota 15 – Diversos Custos Imputados ao OIC no 1º Semestre 2026

Os diversos custos imputados ao OIC em 30 de junho de 2026 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 30-06-2026	Categoria A		Categoria I	
	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	167 086,33	0,73%	0,00	n.a
Componente Fixa	167 086,33	0,73%	0,00	n.a
Componente Variável	0,00	0,00%	0,00	n.a
Comissão de Depósito	5 910,54	0,03%	0,00	n.a
Taxa de supervisão	1 723,77	0,00%	0,00	n.a
Custos de auditoria	1 834,86	0,01%	0,00	n.a
Imposto do selo aplicável ao Fundo	5 754,54	0,03%	0,00	n.a
Outros encargos	1 680,93	0,00%	0,00	n.a
Total	183 990,96	0,80%	0,00	n.a
Taxa Encargos Correntes(TEC)		0,80%		n.a

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 17 – Outra informação relevante do OIC

O primeiro semestre deste ano foi marcado por um ambiente de elevada incerteza económica e geopolítica. O crescimento mundial manteve-se moderado, mas sofreu pressão devido às tensões no Médio Oriente com o início do conflito entre os EUA e Israel contra o Irão, que provocaram volatilidade nos preços da energia, receios inflacionistas e maior cautela por parte dos agentes económicos.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do OIC, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do OIC.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do OIC.

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2026 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30-06-2026
Órgãos de Gestão	415 072,55 €
Conselho Fiscal	24 000,00 €
Colaboradores	825 194,82 €
Número de colaboradores	34

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 10 de agosto de 2026

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (o “OIC”), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 23 900 154 euros e um total de capital do OIC de 23 817 050 euros, incluindo um resultado líquido de 1 251 266 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

Assinado por: **ISMAEL SOARES DE MATOS TÁBOAS**
Num. de Identificação: 10625464
Data: 2026.08.24 17:31:44+01'00'



Ismael Soares de Matos Táboas
(ROC nº 1791, inscrito na CMVM sob o nº 20220045),
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.